

RESUMO:

Para a Educação Inclusiva oferecer suporte e aprimorar os recursos educacionais direcionados para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), é importante compreender o que é discutido sobre o tema no âmbito legislativo e científico. Baseando-se nisso, esta pesquisa busca investigar na legislação e nas produções científicas nacionais a proposta de atendimento a estes alunos por meio da pesquisa bibliográfica com elementos de análise de conteúdo, visando esclarecer o estado da arte da pesquisa, identificar lacunas e direcionar futuras investigações na área. Constatou-se os impactos históricos e sociais na legislação e no atendimento da Educação Inclusiva no Brasil, que apesar de ter apresentado avanços significativos, ainda enfrenta desafios para sua implementação ideal, escassez de publicações sobre o tema abordado e a importância da formação de professores na qualidade do atendimento de alunos da educação especial.

PALAVRAS-CHAVE: TDAH; TEA; Autismo; Educação Inclusiva; Revisão.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa se propõe a investigar quais são as propostas que a legislação e os resultados das produções científicas indicam para o atendimento aos alunos com TDAH e TEA, tendo o intuito de investigar, identificar e classificar na legislação e nas produções científicas nacionais a proposta de atendimento a este público.

A escolha do tema surgiu a partir da observação das dificuldades enfrentadas por alunos com necessidades educacionais específicas e da constatação de que apesar de precisarem de maior atenção e adaptação, em diversos casos esses alunos são marginalizados e deslocados na escola.

Para poder dar suporte e aprimorar os recursos educacionais direcionados para esses estudantes, é importante compreender o que é discutido sobre o tema no âmbito legislativo e científico. Sendo, então, necessário ter atenção acerca das

¹ Graduando em Licenciatura de Física, IFRO, *Campus* Calama, emailautor@email.com.br

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGEE Prof) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Mestra em Educação Escolar pela UNIR. Graduada em Pedagogia pela UNIR, IFRO, *Campus* Calama, emailautor@email.com.br

dificuldades e do atendimento adequado para alunos com necessidades educacionais específicas.

Na elaboração do trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, a seleção e refinamento dos artigos, juntamente com a análise de conteúdo para a interpretação e organização dos resultados. Para a coleta de dados foram utilizados: a) Revisão bibliográfica para consolidar conceitos e compreender a legislação e o histórico nacional; b) Base de Dados Google Acadêmico para coleta dos artigos; c) Análise Quantitativa e Qualitativa: Utilização de software de planilhas para análise quantitativa e leitura manual dos resumos para análise qualitativa.

O artigo aborda inicialmente conceitos vigentes acerca do tema de pesquisa, uma discussão sobre a legislação vigente e suas proposições e por fim, um tabelamento dos artigos selecionados sobre o tema, resultantes da seleção descrita anteriormente.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou uma abordagem metodológica combinada, englobando a revisão de literatura e uma abordagem quantitativa e qualitativa. Além disso, combinou procedimentos de pesquisa bibliográfica com elementos da análise de conteúdo, que consiste em um agrupamento de técnicas para se analisar um grupo de dados, bastante utilizado em pesquisas da área da educação (VALLE, FERREIRA, 2025, p.1). Assim, visando analisar as tendências e lacunas na literatura científica sobre o atendimento a alunos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Na primeira etapa foi realizada uma revisão bibliográfica baseada no estudo da teoria já publicada, com intuito de aprimoramento do conhecimento (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021) para consolidar conceitos pertinentes, bem como a legislação vigente e o histórico nacional da educação inclusiva.

Posteriormente, com o intuito de analisar sobre o que se fala sobre o tema, foi utilizado a base de dados Google Acadêmico. A estratégia de busca incluiu os termos "Inclusão educacional", "necessidades educacionais específicas", "Avaliação

"TDAH", "TEA" e "Brasil", combinados com os operadores booleanos AND e OR, no período de 2015 a 2024.

Em primeiro momento, os resultados mais relevantes, cerca de 24 artigos, foram exportados para o software de planilhas para análise quantitativa e visualização dos dados. Em uma ordenação manual posterior, após leitura dos resumos e conclusões, foram excluídos doze artigos que destoavam do tema de pesquisa.

Finalmente foi realizada uma análise referente aos artigos restantes e o que discutiam e propunham para a volta a alunos com Transtorno do Espectro Autista e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. A partir dessa investigação, os resultados foram organizados e dispostos em tabela com as informações: título, ano e principais discussões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa bibliográfica foram encontrados poucos artigos que abordassem TEA e TDAH conjuntamente. Essa escassez pode ser atribuída à descoberta relativamente recente dessa coexistência.

A vivência da pessoa com deficiência é marcada por desafios que incluem a marginalização e a noção de incapacidade, a inadequação para contribuir ou participar socialmente, e a caridade e a assistência, que finalmente culminaram em instituições para pessoas com deficiência.

Além disso, há a negação de barreiras ambientais e sociais e a persistência de que a pessoa com deficiência deve se adequar ao mundo excludente (BOFF; MACHADO, 2024), muitas vezes às custas de sua qualidade de vida e com muito sofrimento.

O entendimento de garantia dos Direitos Humanos a partir da adequação de lugares, processos e produtos para pessoas com deficiência, está em consonância com a própria noção de direitos fundamentais, uma vez que é por meio de sua implementação que se mitiga o desgaste emocional, psicológico, físico, econômico e social que se encontra quando se vive em um contexto modelado, construído e consolidado em uma sociedade padronizada feita para pessoas ditas “normais”.

Gallert e Pertile (2022), afirmam que esse desafio é particularmente intenso em um

contexto que valoriza e incentiva a hiperprodutividade, onde o valor de uma pessoa é medido por sua utilidade social, habilidades e trabalho. A educação para a classe trabalhadora enfrenta severas restrições, e para as pessoas com deficiência, as condições são ainda mais adversas.

O direito à educação, como meio de emancipação, é tanto um motivo quanto um resultado de litígios e disputas. O acesso à educação para a classe trabalhadora geralmente foi conquistado através da luta de grupos sociais organizados, com resultados que variam de acordo com os interesses dominantes de cada época (GALLERT; PERTILE, 2022, p.4).

Nesse contexto, a educação para pessoas com deficiência, incluindo alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), avança ainda mais lentamente. A educação emancipatória é especialmente desafiadora para esses alunos devido às severas restrições impostas pelo sistema, que muitas vezes não consegue atender adequadamente às suas necessidades específicas.

Essa noção está alinhada ao modelo médico, presente em muitas políticas de bem estar que entendem que “a experiência de segregação, desemprego e baixa escolaridade, entre tantas outras variações da opressão, são causadas pela inabilidade do corpo lesado para o trabalho produtivo”(QUEIROZ; DINIZ, 2007, p.11) e é frequentemente criticado por ser patologizante.

Nesse contexto, a deficiência é vista como um problema individual que precisa ser tratado ou curado, em vez de se considerar as barreiras sociais e ambientais que contribuem para a exclusão dessas pessoas. Isso não só limita a pessoa com deficiência, mas também a estigmatiza, atribuindo-lhe a responsabilidade individual por suas dificuldades. Essa abordagem ignora o fato de que a sociedade é projetada por e para pessoas típicas, não deficientes, e negligencia a necessidade de adaptações sociais e ambientais para promover a inclusão.

O modelo médico, também conhecido como biomédico ou individual da deficiência, compreende a deficiência como um desvio da norma, ou seja, para essa perspectiva, existe um protótipo corporal, sensorial e/ou intelectual desejável e as pessoas que não correspondem a esse padrão são consideradas inadequadas, incompletas e, portanto, precisam ser reabilitadas (BOFF; MACHADO, 2024, p2)

Já no modelo social, a deficiência é interpretada como resultado da estrutura política e econômica capitalista, que promove a ideia de “um indivíduo produtivo” (QUEIROZ e DINIZ, 2007, p.11). Nesse sentido há uma distinção de conceitos para o movimento social das pessoas com deficiência entre a lesão (originária da natureza) e a deficiência (socialmente construída), reconhecendo que a última é uma experiência moldada por barreiras sociais (BOFF; MACHADO, 2024).

Em suma, enquanto o modelo médico considera que a lesão causa a deficiência, o modelo social argumenta que são os sistemas sociais opressivos que levam as pessoas com lesões a vivenciarem a deficiência. (QUEIROZ; DINIZ, 2007).

Essa perspectiva social é especialmente relevante quando consideramos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). A deficiência não é mais simplesmente uma expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Ela é um conceito complexo que, embora reconheça o corpo com lesão, também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa com deficiência (QUEIROZ, DINIZ, 2007, p5).

Para alunos com TEA e TDAH, o modelo social destaca a importância de adaptar o ambiente escolar às suas necessidades específicas, em vez de apenas tentar "consertar" o aluno. Isso exige uma mudança de perspectiva, onde a inclusão e a acessibilidade são priorizadas, transformando a escola em um espaço que reconhece e valoriza as diversas formas de comunicação, movimento, percepção e pensamento desses alunos.

Conforme descrito por Conte e Habowski (2021, p. 1401), “é de suma importância que o meio social acolha e envolva o educando ao invés de decretar sua adaptação forçada à sociedade.” Essa visão rompe com a concepção assistencialista, que ainda prevalece, onde as pessoas com necessidades educativas específicas são frequentemente vistas sob a ótica da caridade e piedade ou como indivíduos inferiores. Esses princípios divergem totalmente do direito de cidadania (FREITAS, 2010, p. 89).

Entender as percepções e modelos que permeiam a compreensão de pessoas com necessidades de adaptações é imprescindível para se ter uma visão abrangente e completa das leis que normatizam essas adaptações e da sua

implementação. Assim como o modelo médico influencia a maneira que alunos com transtornos, altas habilidades e deficiências são percebidos, integrados e atendidos os discursos em vigência referentes a proposição da educação inclusiva é expressa no âmbito legislativo.

Quando utilizada como fonte de pesquisa, a legislação ajuda a interpretar a realidade, pois expressa os conflitos e interesses que a produziram, além das alterações que os documentos provocam (ou não). Por isso, é importante entender o discurso além do sentido imediato, evidenciando os interesses que atende e as disputas que reflete. Embora a legislação possa parecer aleatória, ela não é; seu conteúdo deve ser interpretado considerando o contexto histórico e as relações predominantes na época (GALLERT; PERTILE, 2022, p. 17).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Educação Inclusiva no Brasil tenha apresentado avanços significativos, ainda enfrenta desafios para sua plena efetivação. A maioria dos autores destaca a importância crucial do papel do professor, ressaltando a necessidade de formação adequada para atender às demandas do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Também apontam para as dificuldades no atendimento educacional desses alunos que exigem atenção contínua.

Os impactos históricos e sociais na legislação e no atendimento proporcionado também foram explanados nas obras, refletindo a evolução das políticas públicas em prol da inclusão. No entanto, a escassez de publicações recentes sobre o público escolar com TEA e TDAH indica a necessidade de mais estudos e investigações para compreender melhor e atender de forma eficaz a esses alunos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, G. F. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva**. Roteiro, Joaçaba , v. 46, e24342, jan. 2021 .

BOFF, A. P.; MACHADO, A. DE B.. **Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação**. Educar em Revista, v. 40, p. 133, 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**. 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996.

CONTE, E. ; HABOWSKI, A.C.. **Educação inclusiva: diferentes configurações, olhares e mundos possíveis**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba , v. 21, n. 70, p. 1388-1412, jul. 2021 .

FREITAS, N. K. **Educação Inclusiva e Cidadania: o desenho como forma de acesso aos significados das experiências de crianças com necessidades especiais**. Revista Educativa - Revista de Educação, Goiânia, Brasil, v. 13, n. 1, p. 81–96, 2010

GALLERT, C. .; BRUNETTO PERTILE, E. . **Decreto Nº 10.502/2020: A “Nova” Política De Educação Especial** . Revista de Educação Pública, [S. l.], v. 31, n. jan/dez, p. 1–22, 2022.

QUEIROZ, A. DINIZ, D. **O que é deficiência?**. Revista Estudos Feministas, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 827, 2007.

RAMOS, A. B. et al... **Estratégias de intervenção combinadas para crianças com TEA e TDAH: abordagens interdisciplinares para melhorar a atenção e a regulação comportamental**. IOSR Journal of Business and Management (IOSR-JBM), v. 26, n. 10, Ser. 5, p. 25-32, out. 2024.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, Minas Gerais, v.20, n.43, p.64-83/2021.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. D. L.. **Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin: Contribuições e limitações para a Pesquisa Qualitativa em Educação** . Educação em Revista, v. 41, p. e 49377, 2025.